

INACESSIBILIDADE APAGA AS PESSOAS

Maria Vlachou, directora da Acesso Cultura

PAULA HENRIQUES
phenriques@dnoticias.pt

Maria Vlachou é especialista em gestão e comunicação cultural, é a directora executiva da Associação Acesso Cultura, que através de formações e debates incentiva a reflexão sobre questões ligadas à acessibilidade e procura derrubar barreiras. A organização sem fins lucrativos realiza ainda auditorias e consultorias técnicas em espaços culturais precisamente os tornar inclusivos. A directora esteve recentemente na Madeira para dar uma nova formação e no dia 19 a associação promove mais um debate em simultâneo em vários pontos do país, e que se estende igualmente ao Funchal.

Quando é que percebeu que Portugal precisava de uma associação como a Acesso Cultura? Seria difícil definir o quando. Acho que estive sempre consciente de que os nossos países, não só Portugal, não estão preparados para necessidades diferentes, outras, e limitam muito a vida de pessoas que têm outras necessidades específicas para poder viver.

Teve algum contacto próximo com pessoas com necessidades especiais? É que por vezes esta questão passa um pouco ao lado... Acho que foi a minha mãe. A minha mãe sempre trabalhou nestas áreas como voluntária, como professora, trabalhou também para a Cruz Vermelha e em casa sempre estivemos conscientes. Muito mais tarde o meu irmão veio a ser diagnosticado com esclerose múltipla, mas isso foi muito depois.

Trabalhando na área da Cultura, eu acho que muitas vezes há outras questões que são mais óbvias talvez, em termos de saúde, de escola - que não estão resolvidas também - e a Cultura vem muito depois. Mas eu considero que é uma parte central na nossa vida e do desenvolvimento humano e tem de nos preocupar de igual forma.

Acaba por ser um tema secundarizado, as pessoas preocupam-se essencialmente com a questão da acessibilidade física, do empre-

go. Sente que a Acesso Cultura fez a diferença? Em quê? Acho que conseguimos fazer a diferença, mas sozinhos. Nós conseguimos organizarnos, apresentar uma proposta mais estruturada, penso que bastante clara em relação ao que a associação pretendia, e aí tivemos muitos colegas, no terreno, interessados em trabalhar connosco estas questões, e eu acho que por isso tem havido alguma diferença.

O que é que realmente sente que já conquistou desde 2013? Muito maior consciência em relação ao que constitui uma barreira. Sentimos isso pelo 'feedback' que recebemos dos nossos próprios colegas ou depois das formações, ou quando começam novos projectos e já dizem 'Não conseguimos começar um projecto

logo sem pensar nestas questões logo no início'. É um bom momento, a acessibilidade está a tornar-se uma moda em geral, o que não é necessariamente mau, significa que há coisas que podemos fazer agora porque o terreno está mais preparado, mais aberto para discutir certas questões, não começamos do zero.

E em relação à formação, em que é que contribuí? Penso que as pessoas, todos nós, temos alguma dificuldade em nos pormos no lugar do outro. Não temos consciência do que é ser o outro, ter as capacidades do outro. A formação passa muito por isso, dar exemplos concretos. De repente parece que as pessoas despertam, dizem 'Nunca tinha pensado nisso'.

Como é que é possível tomar decisões para pessoas com essas necessida-



des e dificuldades? Como posso fazer alguém ver um espectáculo de dança, se essa pessoa não pode ver, por exemplo? Há outras formas de ver as coisas, as próprias pessoas cegas que vão a um espectáculo que tem áudio-descrição usam muito o verbo ver. Lembro-me de uma vez, uma áudio-descrição de um espectáculo de dança, o 'feedback' que recebemos de uma pessoa foi 'Que bonita que é a minha namorada no palco, nunca tinha visto'. E estamos a falar de uma pessoa cega.

As pessoas com deficiência visual têm o seu imaginário. Muitas delas já viram deixaram de ver depois, ou seja, existe uma memória. Outras que nunca viram, graças a serviços como a áudio-descrição, que não é uma simples descrição, conseguem também imaginar o seu mundo, tal como nós. Não é no primeiro momento que olhamos para um copo e sabemos que é um copo. É alguém que nos disse, vimos como é que é usado. A áudio-descrição permite que as pessoas com deficiência visual criem o seu próprio léxico.

Além desta, que outras ferramentas estão disponíveis para os agentes culturais? Obviamente a Língua Gestual Portuguesa [LGP], que é uma língua oficial em Portugal, mas que é muito pouco usada no dia-a-dia para o contacto com pessoas que estão surdas. Ao mesmo tempo, a LGP não é adequada para todos, há outros surdos que precisam de legendagem porque nunca aprenderam LGP. Voltando para as pessoas com deficiência visual, há materiais tácteis, hoje a tecnologia permite fazer relevo em 3D que não é nada caro. Temos as sessões descontraídas usadas muito em teatros, mas não ainda em museus, que criam condições adequadas para pessoas que são autistas ou que têm deficiência intelectual, ou que têm défice de atenção ou estão na primeira fase de Alzheimer, ou seja uma série de situações em que se o ambiente for mais acolhedor, em termos de regras de comportamento, em termos de estímulos, de som de luz, aquele espaço torna-se mais aberto a pessoas diferentes e essas pessoas conseguem sair de casa. Porque se não, ficam em casa. Eles e os seus familiares e os seus amigos. Não saem. E se não saírem, isto é um ciclo.

Quando as pessoas não podem sair de casa, nós não as vemos, portanto não existem. Só quando começam a sair sentimos, vemos as dificuldades. Tem havido também várias tentativas de sensibilização nesse sentido, por exemplo a Associação Salvador dedica-se muito a isso, cria filmes e mostra na prática o que é uma pessoa em cadeira de rodas querer sair de casa e ter um carro parado em cima da passadeira que é a única passagem acessível de um lado da rua para o outro; não poder entrar no restaurante porque há um pequeno degrau.

Tornar acessível, tem um custo, exige um investimento por parte de quem se quer abrir. É grande? Sim. Há coisas

que requerem um grande investimento para serem resolvidas. Normalmente as que têm a ver com a adaptação de edifícios antigos históricos, onde temos de respeitar também a História, aí sim, precisamos de bons arquitectos. E há alguns que não pode ser mesmo. Lembro-me de quando se disse que a Torre dos Clérigos no Porto era acessível a todos. Como? Claro que não é acessível a todos. Nunca uma pessoa com mobilidade condicionada vai poder chegar ao topo, ver a vista. O que acontece é que chegam onde podem com elevador, acho que é o 5.º andar, e aí através da tecnologia e da realidade virtual as pessoas conseguem ver como é se estivessem lá em cima. Portanto, há compromissos às vezes, porque há situações que não são resolvidas. Estas são as coisas mais caras. Agora para ter LGP no que fazemos, nas visitas guiadas, nos espectáculos, etc., isso não é um grande investimento. Quando um espaço investe para ter uma determinada produção, pode ser uma exposição, pode ser um espectáculo, de certeza que não é isso que vai tornar o orçamento pesado. A áudio-descrição é um bocadinho mais cara, a preparação do guião. Mas há tantas peças que vão em itinerância pelo país que se pusemos um teatro em contacto com outro, este custo divide-se e não é nada.

Falava-me que é um trabalho muito só. Não há apoios? Nós vivemos daquilo que produzimos. Não temos apoios para o funcionamento. Mas isto acontece com muitas associações, normalmente quem tem dinheiro para apoiar, apoia projectos concretos, a associação em si nunca é considerada o projecto. Agora quando conseguimos, quando fazemos uma consultoria, etc., as pessoas pagam e assim nós também continuamos a fazer este trabalho.

Houve um apoio importantíssimo em 2017 e 2018 da parte do Turismo de Portugal que abriu uma linha de financiamento específica para Turismo Acessível e aí uma série de entidades, culturais também, museus e teatro, aproveitaram e candidataram-se, o que para mim foi uma grande prova de que já não falta conhecimento e sensibilização. Falta é dinheiro.

O que pode ser feito? Em cada região de Portugal há uma comissão de coordenação e desenvolvimento regional, eles também gerem os fundos europeus, podem ver perfeitamente que uma linha de financiamento para acessibilidade ia ter muita procura. Indo um passo atrás, quando trabalhava no Teatro São Luiz em Lisboa e decidimos que íamos fazer LGP, em 2007, o que tive de fazer foi do orçamento que já tinha cortei uma publicidade. Pode-

EE

QUANDO AS PESSOAS NÃO PODEM SAIR DE CASA, NÓS NÃO AS VEMOS, PORTANTO NÃO EXISTEM

“TUDO O RESTO SE RESOLVE, SE REVOLVERMOS ESTA QUESTÃO MENTAL, QUE É A PRIMEIRA”



mos primeiro olhar melhor para o que temos e como o gastamos e depois procurar outras formas para poder financiar o que é mais caro.

Como é a vida dos deficientes em Portugal, na sua opinião? É preciso muitíssima paciência e energia para se queixar. As vezes, com colegas da cultura que têm deficiência, digo 'Vamos dividir essa tarefa. Quando tu ficares cansado de te queixar, de reclamar, passa para nós'. É muito cansativo. Primeiro é extremamente difícil sair e sair com calma. Temos de saber 'a priori' para onde vamos, que condições temos, tudo. Muitas vezes vamos ao site de uma entidade cultural, podem ter uma frase sucinta dizendo "Somos acessíveis". E não temos a mínima ideia do que isto significa.

Que tipo de acessibilidade e para quem... Sim. Isto significa que todo o percurso é acessível? Que não preciso de apoio, posso fazê-lo sozinho, casa de banho, chegara ao meu lugar? O balcão da bilheteira, posso aceder ou é muito alto? Não sabemos nada. As pessoas precisam de preparar muito bem a sua saída de casa, o que é uma angústia, é cansativo. A questão das queixas, muitas vezes as pessoas que estão em organismos públicos que gerem estas questões dizem "Mas não há queixas!". Consegue imaginar o que seria a sua vida se todos os dias, pelo menos uma vez por dia tivesse que fazer uma queixa, uma reclamação?

No fundo é a realidade destas famílias... Sim, de quem tem paciência e energia para isso. Porque as pessoas ficam cansadas também, não podem estar constantemente nisso.

Acha que hoje as pessoas deficientes em Portugal são mais felizes ou têm mais condições para ser? Estão a lutar por isso. Pessoas com deficiência são como qualquer outra pessoa. Temos pessoas que ficam tristes, cansadas ou que se resignam; temos outras que estão determinadas a viver o melhor que puderem, a fazer a sua vida da melhor forma; há situações pelo meio, pessoas que estão hoje muito optimistas e depois ficam em baixo e depois voltam a lutar. É como qualquer outra pessoa que tenha outras situações na sua vida que não a deficiência.

Quais são as barreiras mais difíceis de derrubar? As barreiras mentais. Não tenho dúvidas. O não conseguirmos meter-nos no lugar do outro, o não conseguirmos perceber que o outro tem direito a viver e que nós podemos fazer as outras coisas. As barreiras mentais são as piores. Quando abro um novo espaço cultural e o arquitecto não respeitou minimamente a lei, que existe, a lei existe. E depois alguém aprova também este projecto. A lei é decorativa? Não, é real e faz toda a diferença. Ou a ideia do 'Nós somos acessíveis, damos

uma ajudinha', em vez de ver de que forma é que podem resolver o problema. A pessoa tem de chegar, tem de passar por aquela vergonha que é alguém pegar-lhe, uma pessoa que nós não conhecemos, pegar-nos como se fôssemos bebés. Se não percebermos que isto é indigno, que é terrível, que as pessoas não têm de passar por isso, dificilmente avançaremos. Tudo o resto se resolve, se revolvemos esta questão mental, que é a primeira.

Tem vindo várias vezes à Madeira, o que é que tem encontrado na Região? É extremamente difícil, por exemplo no Funchal, pela própria natureza da cidade, uma cidade com altos e baixos. Eu vi várias situações, sobretudo de pessoas de idade. Não é fácil. Obviamente que há zonas muito mais cuidadas. Depois, eu acho que a Madeira tem a sorte de ter um grupo como o Dançando com a Diferença. O Dançando com a Diferença trabalha mentalidades também. Quando se fazem projectos destes significa que um maior número de pessoas à volta vai ficar muito mais consciente e sensibilizado. Também tive oportunidade de visitar por dentro o Teatro Municipal Baltazar Dias, vi todos os esforços, mais uma vez a consciência que os colegas têm das barreiras, como procuraram resolver algumas, como estão a ver como resolver outras. Também estive com uma colega onde fazem desporto náutico acessível... Não é por acaso que duas das nossas sócias fundadoras são da Madeira, é porque há já algum tempo muita sensibilidade em relação a estas questões.

Nunca se cansa desta luta? Cansar não diria, até porque eu não me sinto sozinho. Sinto-me muitas vezes frustrada e profundamente irritada, mas mais uma vez pelas mentalidades que encontro.

Quanto tempo acha que será preciso para realmente as coisas serem como devem ser? Muito, muitíssimo. Aliás uma das coisas que me assustam é quando vejo queixas de pessoas na Inglaterra em relação aos transportes, em relação aos espectáculos. Se é isso que dizem na Inglaterra, imagine aqui. Não é fácil. E é também por isso que nas nossas formações tentamos alertar para o uso da expressão 'Para todos'. Imagine, estamos num museu e o museu agora tem maquetes tácteis. 'Ah, o Museu X é para todos'. Não, não é para todos. O Museu X tornou-se um bocadinho mais acessível para pessoas com deficiência visual, isto não resolve para as pessoas em cadeiras de rodas, surdas, nem para pessoas com outra deficiência... Este 'Para todos' é o grande desafio, eu não sei se alguma vez conseguiremos alcançar. As pessoas são muito diversas, eu descubro situações, não vou dizer todos os dias, mas com grande frequência, coisas que não conhecia em termos de necessidades, deficiências, síndromes. 'Para todos' diria que é uma utopia, mas é isso que nós faz trabalhar.